



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



## A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO E DIREITO À TERRA: Os Gamela

Elizabeth Maria Beserra Coelho<sup>1</sup>  
Rosângela Ramos Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de pesquisa sobre a chamada “perda de visibilidade” dos povos indígenas, focalizando os Gamella no Maranhão. Descreve a dinâmica de negação desses povos pelo Estado brasileiro e a luta dos Gamella pelo reconhecimento de seu território e sua etnicidade. A necessidade de reconfiguração diante das atuais demandas por reconhecimento tem levado esse povo a um processo denominado *emergência étnica*, ação política dos povos indígenas de se reorganizarem em prol de direitos identitários. Com base em pesquisa documental (documentos históricos, matérias veiculadas pela mídia, produções acadêmicas) procura apontar as estratégias empreendidas pelos Gamella para conquistar o reconhecimento como povo e uma base territorial onde possam se reproduzir como tal.

**Palavras-chave:** Povo Gamela, território, emergência étnica.

### ABSTRACT

This paper presents the results of research on the so - called "loss of visibility" of the indigenous peoples, focusing on the Gamella in Maranhão. It describes the dynamics of denial of these peoples by the Brazilian State and the struggle of the Gamella for the recognition of their territory and their ethnicity. The need for reconfiguration in the face of the current demands for recognition has led these people to a process called ethnic emergency, the political action of indigenous peoples to reorganize themselves in favor of identity rights. Based on a documentary research (historical documents, media stories, academic productions), it seeks to point out the strategies undertaken by the Gamella to gain recognition as a people and a territorial base where they can reproduce as such.

Key words: Gamela people, ethnicity, ethnic emergency

<sup>1</sup> Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da UFMA

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela UFMA



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



## 1 INTRODUÇÃO

A reflexão desenvolvida nesse texto teve como base a investigação realizada no contexto do Projeto Biblioteca Digital da Baixada Maranhense,<sup>3</sup> Ao realizar um levantamento sobre os estudos relativos às comunidades tradicionais da Baixada Maranhense, deparamo-nos com a questão da “perda de visibilidade” dos povos indígenas, que vem sendo investigada especialmente na região Nordeste. A quase inexistente produção sobre esses povos, em princípio nos fez pensar na sua ausência na região denominada Baixada. Essa lacuna conduziu-nos busca por documentação histórica, na forma de correspondências oficiais, relatórios de presidentes da Província e Registros de Terras e de Sesmarias que confirmassem, ou não, a presença indígena nessa região, levando em consideração as informações constantes no mapa etnológico de Kurt Nimuendajú (1944), que aponta vasta presença indígena na Baixada maranhense.

Quando nos referimos à Baixada Maranhense partimos do pressuposto de que uma região, segundo Bourdieu (2009), não é uma realidade natural, mas uma construção histórica e, portanto, passível de significativas variações. Ela também não é unívoca, sendo cortada e recortada de diferentes modos e situações, por diferentes sujeitos e instituições. Nesse sentido, o que vem sendo definido como *Baixada Maranhense* varia no tempo e no espaço<sup>4</sup>.

A *Baixada Maranhense* é bem mais ampla do que aponta o IBGE. Indivíduos de Cururupu, Alcântara, Bequimão, Guimarães e Mirinzal, recorrentemente, descrevem a si

<sup>3</sup> Projeto desenvolvido com financiamento da FAPEMA no âmbito do Edital REBAX.

<sup>4</sup> Uma região é uma construção a partir de critérios arbitrários e, portanto, varia no tempo e no espaço. Araújo (2012) chama a atenção para a disputa pelo direito de afirmar o que comporia a Baixada Maranhense. Afirma que de acordo com o Sistema de Informações Territoriais (STI) do MDA, a Baixada Ocidental Maranhense (termo usado pelo STI e pelo CCN/MA) é o território 11521 do sistema de classificação do MDA, do qual o município de Bequimão e Alcântara fazem parte. Nos dados atuais do IBGE e de acordo com o Instituto Baixada, os municípios de Bequimão e Alcântara não estão presentes. Ainda assim, tomando como base parte dos dados do CCN/MA e do SIT, além da auto-identificação de alguns moradores da região como baixadeiros, o município de Bequimão se inclui, de acordo com essas referências, como um território da baixada ocidental maranhense. Além de Bequimão, este território seria composto pelos municípios de Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Icatu, Mirinzal, Palmeirândia, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Porto Rico do Maranhão, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, Serrano do Maranhão, Turiaçu, Turilândia e Viana.



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



mesmos como *baixadeiros*, o que contraria a classificação dos geógrafos. A região que costuma ser denominada de “Baixada Maranhense”, assim como ocorre com outras regiões do Maranhão, tem sido povoada por povos indígenas, muito embora isso não tenha sido devidamente abordado pelos autores que as pesquisam. Foi justamente visando dar visibilidade a essa diversidade que constitui a Baixada que nossa investigação buscou destacar o que nesse sentido foi produzido. Essa investigação foi realizada com base em algumas produções que relatam processos de “emergência étnica”, de reivindicações identitárias.

Vários trabalhos têm sido produzidos na perspectiva da “etnogênese” ou “emergência étnica”. João Pacheco de Oliveira, José Maurício Arruti e outros autores investigaram o “surgimento” de alguns povos indígenas, em especial no Nordeste. Apontam que nessa região os povos indígenas sofreram historicamente grandes perdas territoriais e tiveram suas condições de sobrevivência severamente prejudicadas e preocupam-se em descrever e avaliar o grau, o ritmo e as formas do processo de descaracterização dos povos indígenas.

No caso da nossa investigação, direcionamos a atenção para o movimento de identificação dos povos indígenas da Baixada Maranhense, em especial do povo indígena denominado Gamela. Este, durante muito tempo foi considerado como extinto. Na atualidade, os Gamela se articulam e se organizam, criando mecanismos de reconhecimento e de luta pela implementação de seus direitos ao território e a etnicidade.

Na década de 1870 assiste-se a um rápido desaparecimento dos aldeamentos, sob a alegação padronizada de que “os poucos índios que ali habitavam, acham-se confundidos na massa geral da população”. (Arruti, 1995, p. 69).

A partir das décadas de 70, 80 e 90 do século XX, uma nova conjuntura se estabelece no país. Aqueles povos que haviam sido excluídos e não eram reconhecidos passam a despertar interesse. A história dos povos indígenas passa a ser vista a partir de outra ótica, dando início a um processo de revitalização étnica e invenção cultural. Isso permite que o nordeste e outras regiões do Brasil, como tem ocorrido no Maranhão, tornem-se importantes campos de investigação sobre a presença indígena, tendo em vista que vários povos organizam-se com o objetivo de mobilizar-se em prol de seu reconhecimento,



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

**22-25 agosto 2017**  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



de modo a manter o sentimento de pertencimento e unidade, garantindo assim, suas especificidades.

## 2 A CONSTRUÇÃO DA INVISIBILIDADE

A promoção ao “desaparecimento” dos índios está ligada ao processo de “civilização”, pois para os colonizadores a forma de abrir caminho à “civilização” era transformando os índios em “brancos”.

O “desaparecimento” dos povos indígenas foi se construindo com a destruição das aldeias e a consequente afirmação da extinção dos índios. Conforme Pompa (2011, p.289) nos documentos da metade do século XIX, governo e missionários concordam em declarar que nas aldeias “não há mais índios”.

O argumento da “mistura” foi fundamental no processo de descaracterização dos povos indígenas. Essa estratégia da “mistura” apoia-se em mudanças demográficas e econômicas, amparadas pela Lei de Terras de 1850. Com isso inicia-se por todo o império um movimento de regularização das propriedades rurais. Esse processo estabelece um cenário propício para os governos provinciais irem declarando extintos os aldeamentos indígenas e incorporando suas terras a comarcas e municípios em formação. Além dessa estratégia de ocupação, também a posse das terras por parte de pequenos agricultores e fazendeiros.

Oliveira (1998) chamou de “pouca distintividade cultural”, a situação em que não se apresentavam os elementos que costumavam ser considerados definidores de um índio. Nessa situação os estereótipos assumem posição de destaque no processo de (in) visibilidade.

## 3 A LUTA DOS GAMELA

Até cerca de três décadas não havia referência a processos de “emergência étnica” no Maranhão. Os Gamela como os demais povos indígenas que vivem na Baixada, foram submetidos a políticas que buscavam negar suas especificidades e que os



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



designavam como “descendentes de índios”, uma forma de descaracterizá-los como índios e colocá-los numa situação liminar, a caminho da “assimilação”.

O sentimento de unidade do grupo visa à manutenção e estabelecimento de autonomia e apropriação do espaço como ferramenta de resistência no processo de “territorialização”, que é pensado por Oliveira (1998) como um processo que vai além de um conceito de território como algo físico, mas político, o que leva a novas identidades e a uma reorganização social. Nesse sentido Oliveira (1998, p. 56), destaca que o “processo de territorialização” caracteriza-se como:

Um movimento pelo o qual um objeto político- administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (...) as afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político- administrativa, serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções. (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Nesse processo de “territorialização” os povos indígenas buscam reagir à imagem negativa que tiveram que enfrentar ao longo de sua trajetória de luta e conquista. Essas relações levam ao estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, a partir da relação com o passado.

O movimento de luta dos Gamela expressa pode ser analisado como um processo de “territorialização” e “etnogenese”.

Conforme pode ser observado no mapa elaborado por Curt Nimuendajú, concluído em 1944 e publicado pelo IBGE em 1981, vários povos indígenas viviam na região denominada Baixada Maranhense, tanto os de língua tupi, quanto os de língua jê.

Algumas estratégias foram utilizadas por parte do Estado para expandir a política de invisibilização dos povos indígenas. Categorias como, *descendentes de índios*, *caboclos*, *remanescentes indígenas*, visavam descaracterizar os povos indígenas. Nesse sentido, reconheciam a presença de “descendentes de índios”, mas não de índios. Esses seriam coisa do passado.

Na Baixada Maranhense pudemos encontrar exemplos da utilização dessa estratégia para descaracterizar a presença indígena. O discurso oficial brasileiro decretou a extinção dos índios desde o século XIX, categorizando-os como *descendentes de índios*.





# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

**22-25 agosto 2017**  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



Algumas fontes relativas ao povo Gamela entre os séculos XVIII e XIX mostram um quadro que apresenta claros sinais de sua presença na Baixada Maranhense. No entanto, no século XX, temos um momento de “silêncio” que nos leva a fazer vários questionamentos, dentre eles, por onde andavam ou estavam os Gamela durante esse período de ‘silenciamento’. Porém, no século XXI, observa-se seu “reaparecimento”, dessa vez, com um poder político e de voz bem mais articulado, dispostos a enfrentar esse campo de disputa pelo território que sempre lhes foi negado.

O período da história dos Gamela que transcorre desde a abolição do Diretório dos Índios (1798) até 1822, insere-se, assim, no contexto de uma política indigenista altamente repressiva. Os Gamela foram vítimas de bandeiras. Em ofício o presidente da província do Maranhão Eduardo Olímpio Machado, ordenou a formação de bandeira para dar entrada aos Gamela e mateiros do rio Codó.

O Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú (1981) apresenta os Gamela em destaque em áreas próximas ao Rio Pindaré, tanto no século XVIII como no século XIX. Abreu (2006) nos permite perceber a extensa área habitada por povos indígenas na região de Pinheiro, até a década de 1950. Faz referência explícita aos Gamela destacando que quando ali chegou o capitão-mor Inácio Pinheiro, encontrou um pequeno aldeamento constante de vinte indígenas Gamelas, que viviam como domesticados, sob a direção de um maioral. Acrescenta que aqueles que não estavam domesticados eram vistos como selvagens e desunidos. O autor refere-se aos índios localizados na região de Pinheiro como sendo Gamelas.

A colonização começou com a chegada dos padres jesuítas, no início do século XVIII para a Missão de São José do Cajari nos arredores do lago Cajari, Há um registro relativo à uma aldeia do povo Gamela sob a responsabilidade do Pe. Antônio Machado, da Companhia de Jesus, que atuou como missionário de 1751 a 1754. A referida aldeia, em 23 de julho de 1757, foi elevada à categoria de vila, com o nome de Lapella. Nimuendaju (1937) aponta a existência, em 1819, de dois ramos da “nação Gamella”, assentados entre hordas de timbiras, em Viana e em Codó.

A partir de um novo contexto, pós Constituição Federal de 1988, de reconhecimento das diversidades étnicas no Brasil e da construção de políticas públicas específicas e diferenciadas, os povos indígenas, que até então mantinham-se no anonimato,



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

**22-25 agosto 2017**  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



passaram a buscar o reconhecimento de suas especificidades e do direito as terras usurpadas pelo Estado e disputadas pelos de “fora”. Essa é uma luta que vem ganhando cada vez mais força e novos povos vão se articulando e exigindo que seus direitos sejam respeitados.

Estamos diante do fenômeno de redefinições de identidades que devem ser encaradas como estratégias de sobrevivência diante da pressão do latifúndio, da omissão do Estado em garantir os direitos dos povos indígenas. Esses povos utilizam as “armas” que têm para evitar que os não índios lhes confiscem seu bem mais precioso, o território. Diante desse contexto de identificação étnica reinterpretam constantemente o passado em razão de disputas atuais.

Os Gamela elaboraram diferentes estratégias de resistência e sobrevivência frente ao processo de colonização. Começaram a fazer parte do cenário político, como protagonistas de sua própria história, ao reconhecerem a si próprios como indígenas e dispostos a lutar pelo território, pelo seu modo de vida e pelas relações simbólicas com seus ancestrais.

A trajetória do povo Gamela é marcada por um longo processo de luta. No entanto, o lugar de vítimas a que estavam destinados vai sendo alterado e novas concepções vão sendo elaboradas em uma trajetória em que assumem um papel de protagonistas de sua própria história.

A luta pelo reconhecimento do povo Gamela, de 2013 para cá, tornou-se mais constante e tem sido veiculada com mais frequência pela mídia no Maranhão. Embora seja uma luta bastante presente na caminhada do povo Gamela, seu reconhecimento como povo tem se dado a passos lentos e mais lentos ainda no que se refere à garantia de seu território.

Sua luta vem se dando na esteira de outros processos de reconhecimento a que Gallois (2000) se refere, quando afirma que representantes de algumas sociedades indígenas vem se apropriando de novos instrumentos disponibilizados pela comunicação globalizada, para divulgar seus projetos políticos e culturais, formatando para o grande público um novo perfil “dos índios”, construindo novas imagens que atingem ou agregam um número crescente de comunidades espalhadas em todo o país.



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



As demandas acionadas pelos Gamela são várias, dentre elas a luta por reconhecimento tanto do território como de sua identidade, pela reprodução do seu modo de vida e o fortalecimento de sua identidade e condições de vida específica. Essa empreitada tem sido dificultada pela ação de fazendeiros e empresários. Empresas vêm desmatando a área e destruindo as margens do rio, com a retirada de toneladas de barro para a fabricação de tijolos e telhas, além de desviarem o leito do rio para o usufruto exclusivo de suas lavouras e criação de animais, o que prejudica os Gamela que dependem do rio para a pesca, já que o peixe é uma das suas fontes alimentares.

Ao longo desse processo de confisco, as terras dos Gamelas foram sendo reduzidas. De acordo com depoimentos veiculados no site do CIMI, em 2013, alguns idosos do povoado Taquaritiua relatam que a partir da década de 1970, teve início o loteamento e o registro cartorial das terras de uso comum em nome de particulares. Afirmam que nesse período os grileiros contratavam os serviços de pistoleiros e mesmo policiais para se apossarem das terras.

A afirmação do pertencimento étnico vem sendo construída pelos Gamela de Taquaritiua, em Viana, e os Gamela de Capivari, em Penalva. Esse pertencimento se fundamenta na relação com seus ancestrais, que costumavam visita-los, conforme testemunho dado por Pedro, 84 anos, que ao descrever as visitas assim se referiu:

Eles vinham ver as terras, durante as visitas a gente pescava para eles, fazia farinha para eles, era assim; eles andavam nos variantes da terra... eles vinham visitar porque eram da mesma nação dos (índios) daqui... eram gamela<sup>5</sup>.

A luta Gamela tem sido marcada por várias estratégias. Dentre elas estão a realização de assembleias, a interdição de rodovias para a realização de manifestações, audiências com as autoridades ministeriais, com o Ministério Público e com o órgão indigenista. Nesse processo de identificação buscam algumas bases de apoio, como por exemplo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e outros povos indígenas como os *Krenyê* e os *Tremembé*.

<sup>5</sup> Depoimento dado por Pedro ao CIMI e CPT do Maranhão em 2014.





# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



A realização de assembleias tem favorecido a divulgação da luta. Em agosto de 2014 os Gamela realizaram a I Assembleia onde amparados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) se autodeclararam povo Gamela. Com isso pretenderam fortalecer a luta pelo “ressurgimento” de identidades negadas por uma “história” pautada na invisibilidade. A Ata dessa Assembleia foi protocolada junto à FUNAI-Brasília e na Coordenação Regional desse órgão em Imperatriz.

Em 2015 os Gamela realizaram a II assembleia, desta feita reunindo outros povos indígenas, dentre estes os *Krenyê* e os *Ka’apor*, auxiliados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A partir dessa assembleia foram retomadas as duas fazendas que se encontravam localizadas em terras dos Gamela, ocupadas por fazendeiros<sup>6</sup>.

Tendo em vista seu reconhecimento, trazem a público reivindicações que permitiram a ruptura da barreira do silêncio e possibilitaram a reconstrução de suas memórias. Começam a se mobilizar frente às ações do Estado e colocam em pauta suas reivindicações. Com essas mobilizações, iniciam um novo processo de visibilização, que já vinha se desenvolvendo, porém, a partir de 2013, passa a ser veiculado com mais frequência pelos meios de comunicação.

As manifestações públicas são outra estratégia utilizada. O povo Gamela sai às ruas acrescentando às suas reivindicações de reconhecimento étnico, de território, o direito a um ambiente livre de destruição por parte de invasores. Para esse povo esses direitos se entrelaçam, não podem ser vistos de maneira separada, pois território e identidade estão interligados. Portanto, garantir seu território significa garantir um espaço para manter suas especificidades. Como afirmou Ramos (1995), para as sociedades indígenas a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Acrescenta que ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas sociocultural.

As reivindicações são fortalecidas a partir de exposição ao público em geral da luta por resultados mais imediatos por parte dos órgãos responsáveis pela demarcação de suas terras. De acordo com informações apresentadas pelo CIMI, em 2014 houve um

<sup>6</sup> Fonte: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br). 2015.



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto 2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



protesto na MA- 014, que liga as cidades de Viana e Matinha, no trecho que corta o território, povoado Taquaritiua.

Os Gamela foram a Brasília para tentar resolver a demarcação de seu território. Na capital outras manifestações públicas ocorreram. Em 2014, representações de vários povos indígenas que vivem no Maranhão estiveram em Brasília para reivindicar a retomada das demarcações de suas terras. As lideranças indígenas apresentaram uma série de reivindicações junto aos Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), realizaram atos de protesto em frente ao Palácio do Planalto, ao Ministério do Planejamento e ao Supremo Tribunal Federal (STF). A delegação era composta por representantes dos povos *Krikati*, *Pukobiê*, *Krenyé*, *Tentehar*, Gamela e *Ramkokamekrá* Canela.

Ao mesmo tempo em que realizam demandas pela demarcação de sua terra e denunciam a inoperância da FUNAI, os Gamela procuram protagonizar a retomada do que consideram suas terras.

Nesse sentido, à revelia dos poderes instituídos já ocuparam áreas onde existem fazendas instaladas em áreas que afirmam ter sido habitados por seus ancestrais, nos povoados Taquaritiua e Centro de Antero. Essas ações desencadearam perseguições e intimidações por parte dos denominados invasores de suas terras. As ameaças intensificaram-se principalmente quando montaram acampamento em áreas consideradas suas que estavam em mãos de particulares.

Os conflitos concentram-se principalmente em Viana, Matinha e Penalva. Eles alegam que as fazendas e sítios estão dentro de um território indígena de cerca de 14 mil hectares, que passa pelas três cidades.

O ato de retomada da terra partiu dos Gamela das aldeias Taquaritiua, Centro de Antero, Nova Vila e Tabocal, na zona rural do município de Viana, norte do Maranhão. Os Gamela temem que os fazendeiros e pistoleiros acabem cumprindo as ameaças de morte que são feitas às lideranças indígenas. Principalmente a partir de um fato que aconteceu após a retomada do território, quando foram surpreendidos com a presença de homens armados que começaram a disparar contra os barracos do acampamento que haviam construído. Embora esse ataque não tenha terminado em mortos e feridos, os Gamela



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto 2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



temem novos ataques por parte de ações da pistolagem. A vigilância, por parte de pistoleiros, tem deixado os Gamela com medo, porém, não o suficiente para intimidá-los<sup>7</sup>.

Os Gamelas somam cerca de 1.500 pessoas que ocupam hoje 8 áreas no Maranhão, sendo que 4 destas estão com ações de reintegração de posse em tramitação na “justiça” federal. Resistem bravamente, enfrentando o judiciário, as forças policiais, os órgãos ambientais e as ameaças e os ataques dos latifundiários<sup>8</sup>.

Os Gamela retomaram de 2015 até agora nove áreas por eles reivindicadas como tradicionais. Em todas foram impetrados pedidos de reintegrado de posse, mas apenas no caso do Sítio Chulanga houve decisão pelo despejo envolvendo a Justiça Estadual<sup>9</sup>.

Os Gamela se dizem cansados de esperar. As nove áreas que retomaram ficam dentro de uma área de 14 mil hectares que corresponderia à doação pelo Estado brasileiro, ainda no período colonial, no ano de 1759. Desde então, o território foi sendo invadido e grilado, e o povo Gamela sendo confinado em um espaço cada vez menor. Desde que decidiram pelas retomadas, Inaldo *Kum'Tum* Gamela afirma ter perdido as contas de quantos ataques, ameaças e ataques sofreram<sup>10</sup>.

Esse processo coloca ao povo Gamela desafios que levam às últimas consequências sua resistência e unidade. Sua capacidade de elaborar estratégias de resistência tem sido fundamental para o fortalecimento de sua luta, e assim, “voltar à visibilidade”.

Em sua luta o povo Gamela tem buscado bases de apoio. Juntamente com o CIMI e a CPT, assim como outros povos que também os apoiam nessa empreitada, estão cobrando do MPF algumas medidas. Uma dela é o Registro do povo Gamela no Cadastro dos Povos Indígenas do Brasil, a criação do Grupo de Trabalho para identificação e delimitação do território Gamela, exigindo que, além da FUNAI, outros órgãos públicos responsáveis pela efetivação de políticas públicas, desenvolvam ações específicas e diferenciadas para esse povo. Demandam que os órgãos fundiários, estadual (ITERMA), e federal (INCRA) coloquem em prática o processo de identificação e delimitação da terra e o

<sup>7</sup> Fonte: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br). 2015.

<sup>8</sup> Fonte: [www.andblog.com.br](http://www.andblog.com.br). 2016.

<sup>9</sup> Fonte: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br). 2016.

<sup>10</sup> Fonte: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br). 2016.



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



agendamento de audiências dos Gamela com FUNAI, SESAI/ DSEI/ CONDISI e SEDUC-MA na procuradoria do Maranhão.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das fontes analisadas pudemos identificar estratégias de invisibilização dos povos indígenas e observar que as estratégias do colonizador encontraram resistência indígena, gerando vários conflitos.

Categorias, como “caboclos”, “descendentes de índios”, “remanescentes indígenas” foram acionadas como instrumento para invisibilizar os povos indígenas, com vistas ao seu “desaparecimento”. Essas novas categorizações justificavam o confisco das terras indígenas sob o argumento de que não mais existiam índios.

No entanto, em contraposição a esses processos, o protagonismo indígena na luta por reconhecimento, tem forçado o Estado brasileiro a admitir que os povos indígenas não são transitórios, estão aqui para ficar.

Esse movimento também tem seus efeitos na academia que, buscando explicar novas relações, constrói categorias analíticas que possam explicar essa dinâmica. Nesse cenário destaca-se a “emergência étnica”.

Essas novas abordagens permitem o reconhecimento e a explicação dos processos de afirmação étnica presentes em regiões antes consideradas como sem presença indígena. O processo de “emergência étnica” permite reconhecer identidades tidas como esquecidas e ouvir a voz aos povos que vinham tendo sua etnicidade negada.

No bojo desse cenário de “perda de visibilidade” procuramos compreender a luta dos Gamela. Em sua trajetória vivenciaram a dinâmica de sua negação pelo Estado brasileiro, e contra isso empreenderam a luta pelo reconhecimento de seu território e sua etnicidade.

A necessidade de reconfiguração diante das atuais demandas por reconhecimento tem levado esse povo a um processo de *emergência étnica*, de reorganização em prol de seus direitos identitários. A luta atual do povo Gamela além de ser uma luta pela terra é também pela permanência de suas especificidades, a maneira como



# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

**22-25 agosto 2017**  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



compreendem o mundo a sua volta e seu próprio mundo, as formas de lidar com o passado e com o futuro.

Para isso se apropriam de mecanismos fundamentais no processo de identificação e reconhecimento de sua unidade enquanto povo. Utilizam as “armas” que dispõem para evitar que os não índios confiscem seu bem mais precioso, o território. Diante desse contexto de identificação étnica reinterpretam constantemente o passado em razão de disputas atuais.

A luta do povo Gamela pelo reconhecimento envolve vários aspectos, desde o reconhecimento de seu território, a luta para manter seu ambiente livre do desmatamento de árvores extremamente importantes para sua sobrevivência, como por exemplo, babaçu, juçara, guarimã, bacuri, que fazem parte de sua alimentação e são utilizadas na confecção de artesanatos. Seu reconhecimento étnico significaria um reforço a garantia do seu território, que em grande parte continua em posse de fazendeiros e empresários.

Os Gamela mantiveram-se por muito tempo no anonimato para permanecerem vivos diante de um cenário violento e opressor. Ao assumirem a luta pelo reconhecimento étnico e pelo território estão fazendo uso de algumas estratégias e buscado bases de apoio. Dentre as estratégias acionadas estão a realização de assembleias, a interdição de rodovia para a realização de manifestações, audiências com as autoridades ministeriais, com o Ministério Público e com o órgão indigenista e a invasão das fazendas com o objetivo de forçar a expulsão dos fazendeiros. Nesse processo de identificação contam com algumas bases de apoio, como por exemplo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento das Quebradeiras de Coco do Maranhão (MIQCB) e outros povos indígenas que se identificam com sua luta.

Referências





# VIII Jornada Internacional Políticas Públicas

22-25 agosto  
2017  
Cidade Universitária da UFMA  
São Luís/Maranhão - Brasil



ABREU, Josias. **Coisas de Antanho**. São Luís, MA: Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências, 2006. 290 p.

ARRUTI, José Maurício. **Morte e Vida do Nordeste indígena**: a emergência étnica como fenômeno regional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n. 15, p.57- 94, 1995.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel ,2009

COELHO, BEM; ROLANDE, J.F. E ARAÚJO, M. “**Esse Pinheiro era terra dos índios**”: nas

GALLOIS, Dominique T. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?**. In: Ricardo Fany (Org) Terras indígenas e unidade de conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2000.

MAPA ETNO-HISTÓRICO DO BRASIL E REGIÕES ADJACENTES. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

NIMUENDAJU, Curt. **The Gamella Indians**. Primitive Man. Vol. X nº 3 e 4, jul and octubre, 1937.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados” situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

POMPA, Cristina. **História de um desaparecimento anunciado** : as aldeias missionárias do São Francisco, séculos XVIII- XIX. In: OLIVEIRA, João P. de (org.). Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memórias. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.